

37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST 33: AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA TRANSFORMADORA

Carlos Sávio G. Teixeira
UFF

Setembro/2013

CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA TRANSFORMADORA

A questão do surgimento de novas classes sociais no Brasil é uma oportunidade para se pensar de maneira inovadora a relação entre classes sociais e política, especialmente numa perspectiva progressista. O tema das classes sociais tem a sua genealogia e o seu desenvolvimento no âmbito do pensamento social ligado de maneira indiscutível à tradição marxista. Na esteira do programa intelectual do materialismo histórico a problemática das classes sociais é compreendida dentro da lógica sistêmica de funcionamento dos modos de produção, muito particularmente o capitalista. A nossa hipótese neste artigo é a de que, embora a visão marxista sobre as classes tenha representado uma conquista teórica das ciências sociais, hoje, com o avanço vertiginoso do conhecimento histórico e as descobertas científicas das últimas décadas, tornou-se necessário rever criticamente muitas premissas do sistema teórico que informa a perspectiva marxista sobre as classes para se entender a sua relação com a dimensão política das sociedades contemporâneas.

Uma obra que tem se desenvolvido com o objetivo explícito de representar uma alternativa explicativa da história e da sociedade à tradição marxista é a de Roberto Unger, teórico brasileiro radicado na Universidade de Harvard nos EUA há mais de quarenta anos. A descrição de alguns elementos deste projeto intelectual alternativo permite observar o escopo do projeto: a manutenção da idéia fundamental de estrutura na explicação da organização das sociedades e da descontinuidade estrutural na história, tal como no marxismo, desvinculando-as, entretanto, das premissas deterministas que cerceiam aquelas noções no marxismo.

Resumida e esquematicamente, têm-se quatro pontos centrais: primeiro, na dimensão da explicação da sociedade e da história, seria necessário afirmar a importância em cada circunstância histórica de um conjunto básico de instituições e de idéias associadas a estas instituições - os contextos ou estruturas formadoras das rotinas e dos conflitos. Segundo, seria preciso afirmar que estas estruturas são divisíveis e que mudam por um

processo de renovação fragmentária e cumulativa, isto é, pela prática daquilo que ele chama de “reformismo radical e revolucionário”. *Esse movimento promove a quebra do clássico antagonismo entre reforma e revolução, já que o experimentalismo institucional pode ser radical, a ponto de transformar as estruturas fundamentais da sociedade. Por isso seu caráter revolucionário. Mas fazê-lo, operando com uma parte dessa estrutura de cada vez. Daí seu caráter reformista.* E por isso mesmo não podem ser instâncias ou exemplos de tipos recorríveis de organização social¹.

Em terceiro lugar, seria preciso admitir que a seqüência dessas estruturas contingentes no sentido específico de que, embora possa haver limitações funcionais, algumas estruturas permitem, por exemplo, mais eficiência econômica do que outras. Esta “seleção funcional” opera com os elementos práticos e ideológicos formados por um grande conjunto solto e aberto de trajetórias e conflitos: não seleciona opções de um cardápio fechado de alternativas de organização social. Para Unger, “as estruturas institucionais da sociedade contemporânea são o resultado de muitas seqüências frouxamente interligadas de conflito social e ideológico, e não imperativos funcionais insuperáveis e determinados, que dirigem uma sucessão de sistemas institucionais indivisíveis” (Unger, 1999: 26).

E no quarto ponto, dentro deste conjunto de práticas de explicação social, seria preciso aceitar que as instituições tornem diferentes os conjuntos institucionais, não apenas no seu conteúdo específico, mas também no seu grau de abertura à revisão. Isto quer dizer que as diferenças entre as estruturas e aquilo que elas formam é algo que está também em jogo na história.

Este artigo pretende discutir a crítica de Unger à tradição marxista - e residualmente dedicar-se também àquela que se apresenta como uma alternativa teórica a ela, as ciências sociais positivas - e extrair desta

¹ O desenvolvimento da idéia de reformismo radical e revolucionário ocorre em várias partes da obra de Unger. Mas, para uma exposição sistemática, ver, Unger (1999: 20-24). A idéia sociológica fundamental que sustenta a concepção sobre o “funcionamento” do contexto formador está exposta no capítulo “Estabilidade e desestabilização na operação dos contextos formadores” (Unger, 2001: 161-181). Da mesma forma a explicação sobre o que ele chama de “o movimento browniano da vida social - o surgimento da oportunidade desestabilizadora a partir de métodos de estabilização - oferece a ocasião para influências que dão forma à mudança de contexto a longo prazo”. Essas possíveis “mudanças direcionais de longo prazo” estão extensamente discutidas em Unger (2001: 183-231).

discussão os meios com que analisar a estrutura de classes do Brasil contemporâneo de uma maneira capaz de ao mesmo tempo perceber a divisão de classes que estrutura o Brasil hoje, tanto em termos de sua estrutura ocupacional quanto em suas orientações espirituais gerais, vinculando essa descrição à reflexão sobre a transformação institucional capaz de influenciar a sua organização. Para isso, além desta introdução, o texto se divide em quatro partes: i) a apresentação sumária das hipóteses alternativas sobre o agenciamento na sociedade; ii) o debate sobre as dificuldades do marxismo a respeito da compreensão de como se dá a relação dialética entre estrutura e instituições; iii) a discussão sobre as tentativas da tradição marxista pós-Marx de “politizar” o marxismo, assim como o projeto das ciências sociais convencionais como a economia de fornecer um aparato explicativo sobre o funcionamento das sociedades; iv) a situação brasileira atual à luz das críticas sobre a concepção de estrutura e das hipóteses de agenciamento.

Classe e Política: uma relação de interdependência

O campo de alternativas ao marxismo na obra de Unger tem uma contrapartida na maneira de imaginar o agenciamento das transformações sociais e com isso se liga diretamente ao tema das classes sociais e sua relação com a política. A noção do marxismo de que há uma lógica objetiva de interesses sociais - de interesses de classe - expressa na idéia de que quanto mais intensa a luta social, mais transparente essa lógica de interesses de classe se torna, precisa ser reconsiderada. Na perspectiva ungeriana, dentro desse campo alternativo de formas de pensamento seria preciso colocar essa idéia de maneira invertida: quanto mais intensa a luta social e ideológica, mais claro fica que o conteúdo dos interesses sociais depende das estruturas institucionais ou das premissas institucionais em que esta luta de interesses se desenvolve. Há, portanto, três grandes hipóteses sobre o agenciamento².

² Para Unger a tendência no pensamento social moderno por conta da naturalização parcial da sociedade, de seu viés naturalista, é imaginar que há uma lógica objetiva de interesse de grupo. Mas, para ele, a verdade é que como se descobre em política uma concepção dos interesses de

A primeira apresenta-se como uma sugestão de correspondência em que o conjunto de idéias sobre o conteúdo de interesses de classes e interesses de grupo é sempre simplesmente o reverso de um conjunto de idéias sobre as alternativas institucionais. Se, por exemplo, é possível imaginar uma reconstrução das economias industriais que democratize as oportunidades de acesso à tecnologia e ao crédito, os interesses dos trabalhadores, que hoje tem emprego nos setores intensivos de capital, não contradizem necessariamente os interesses dos trabalhadores que estão fora. A hipótese sobre os interesses depende da hipótese sobre as alternativas (Unger, 2001: 169-172).

A segunda hipótese sobre a questão do agenciamento é uma tese de unidade de formas de interpretar e defender o interesse de um grupo. Sempre há mais de uma forma plausível de interpretar ou defender o interesse de um grupo. Há formas que são relativamente conservadoras no sentido institucional e excludente. Estas formas pressupõem que um grupo continuará a ocupar o nicho que ocupa agora na divisão do trabalho e, portanto, definem os grupos rivais como os inimigos - os grupos próximos. Por exemplo, os inimigos dos trabalhadores com empregos na indústria intensiva de capital seriam os trabalhadores desempregados ou temporários - aqueles chamados de exército de reserva por Marx. Mas, há também formas transformadoras e solidárias que imaginam uma maneira de compreender e defender o interesse do grupo pela transformação progressiva das premissas institucionais, no caso deste exemplo da organização da indústria (Unger, 2001: 169-174).

E a terceira idéia sobre o agenciamento é a que defende uma assimetria entre as alianças sociais e as alianças políticas. Nessa perspectiva, as alianças sociais ou as alianças de classe pressupõem

classe ou de grupo é simplesmente o reverso de uma concepção das instituições ou das alternativas institucionais porque os interesses e até mesmo as identidades dos grupos e das classes dependem das estruturas institucionais. Então, cada nível ou cada rumo de transformação institucional ou estrutural é também um nível ou rumo no entendimento dos interesses e das identidades dos grupos. À medida em que haja uma escalada de conflito imaginativo ou prático sobre as estruturas e as alternativas o conceito dos interesses de cada classe em vez de se tornar mais fixo como se imagina nessas tendências dominantes do pensamento moderno se torna menos fixo. O que fica mais claro é a relação dialética entre as estruturas e os grupos ou os entendimentos dos seus interesses. Para uma discussão desse tema do agenciamento tendo como referência a situação brasileira ver Unger, 2001b: 41-47.

alianças políticas: elas não são objetos naturais por serem construídas pela política no curso de projetos de transformação institucional. Mas as alianças políticas não pressupõem a alianças sociais. Ao contrário, tem essas alianças sociais como tarefa ou alvo. *Se a conjuração de alianças sociais e alianças políticas não fossem assimétricas desta forma, o problema da transformação estrutural na história seria insolúvel. As estruturas sociais se exprimiriam em divisões sociais e estas se exprimiriam na lógica das alianças e antagonismos sociais. Assim, a lógica das alianças e antagonismos sociais seria reproduzida na lógica das alianças e dos antagonismos políticos.* E por isso a política seria simplesmente o espelho da sociedade e não uma constelação contra as estruturas estabelecidas das coisas³.

Neste campo de alternativas não é necessário imaginar que as idéias tomariam formas de um sistema teórico como foram as grandes teorias sociais do século XIX e do início do século XX. Pode-se imaginar dois caminhos: um caminho “superteórico”, por assim dizer, que tenta formar um aparato teórico forte com teses ambiciosas de explicação. E outro caminho teórico, que ponha de lado a idéia ou a prática da formulação teórica sistêmica e procure interpretações, explicações e contra-explicações localizadas, que valorizem “as soluções reprimidas de ontem, as anomalias de hoje e as possibilidades insuspeitas de amanhã”.

A crítica ao modo de compreender a relação entre estrutura social e instituição política

Um possível ponto de partida para se compreender a crítica e o esforço de reconstrução analítica do marxismo pelo pensamento de Unger é a constatação de que “as formas atuais de economia descentralizada e de democracia pluralista (mercados baseados em direitos absolutos de

³ Na construção do conceito de “plasticidade como poder”, Unger procura exemplificar, com observações históricas, essa idéia de elasticidade política dos interesses (Unger, 2001: 183-231). Em sua análise da formação dos contextos institucionais contemporâneos, Unger aponta também esse aspecto como item importante na sua configuração, não obstante as principais narrativas sobre esse processo desconsiderá-lo, como vimos na terceira seção do capítulo 1 deste trabalho. Entre outros motivos, é por isso que Unger chama de “história mítica” a explicação fornecida pelas principais teorias sociais e políticas - ambas com teses comuns a liberais e marxistas - sobre o surgimento e desenvolvimento da modernidade (Unger, 2001: 107-145).

propriedade, democracias baseadas na passividade dos cidadãos) não são a expressão necessária, nem a melhor, dos ideais herdados de liberdade e igualdade. Eles frustram justamente os objetivos pelos quais nós as defendemos” (Unger, 2004: 6-7).

Unger parece ter plena consciência de que só uma ampla reconsideração teórica pode ser capaz de iniciar a recomposição histórica do estilo de pensamento que sempre orientou os progressistas. Como ele afirma na abertura de seu último livro dedicado especificamente à debate sobre a esquerda: “embora as idéias, por si mesmas, sejam impotentes para derrubar esta ditadura da falta de alternativas, não iremos derrubá-la sem idéias” (Unger, 2008: 9). E principalmente as idéias sobre a organização estrutural das sociedades de classe e sua relação dialética com a organização institucional.

Para Unger, o estágio atual do pensamento sobre a sociedade e a história nos coloca diante de uma situação empobrecedora. Visando explicar as estruturas do mundo contemporâneo, tal pensamento recorre, basicamente, a duas estratégias analíticas considerada por ele muito insatisfatórias trilhando para isso caminhos metodológicos diferentes. No entanto, tais estratégias - tanto a que segue a vertente marxista, como a que se articula da perspectiva positivista - vêem abortados seus objetivos, caindo a primeira na armadilha “determinista” e a segunda no “agnosticismo empiricista”⁴.

⁴ Para Unger essas tradições mais influentes das ciências sociais de hoje são hostis à imaginação institucional. A tendência a naturalizar - vale dizer, a tratar as instituições dominantes como conseqüências inelutáveis de imperativos funcionais ou evolutivos da sociedade - é um traço comum do marxismo e das ortodoxias reinantes na maioria das ciências sociais. Além disso, mesmo os que não estão diretamente associados a essas correntes são por elas influenciados, dado a sua força e irradiação. O curioso é observar que o seu principal erro, da perspectiva crítica de Unger, tem base na tentativa de “naturalizar” as sociedades e que as mais avançadas práticas explicativas das ciências naturais como na Física, por exemplo, a idéia básica é a de que a compreensão do existente se dá somente sob o ponto de vista do possível. Compreender um fenômeno físico é compreender o universo das suas possíveis transformações. A ruptura de confiança na possibilidade de uma compreensão puramente determinista das transformações foi o que causou desdobramentos centrais na física contemporânea como a mecânica quântica. O pensamento social ainda não conseguiu realizar no estudo da sociedade um paradigma de explicação que encarnasse essa idéia de que só se entende o atual na medida em que o relativiza, colocando-o dentro de um espectro maior de possibilidades. Sem isso não se tem explicação. Portanto, uma explicação que toma a forma de explicar a necessidade do existente é uma racionalização apologética ou crítica e não tem nada de semelhante com o que ocorre na ciência natural.

De acordo com Unger, a obra de Marx é o exemplo mais desenvolvido e poderoso do tipo de explicação social baseada na idéia de “lógica profunda”, embora também seja fornecedora de muitos dos meios intelectuais e das ferramentas teóricas com que superá-la. O pensamento de Marx possui uma intuição radical: as estruturas sociais são - para além das contingências materiais de sua formação e desenvolvimento - desenhadas e construídas pela política e pela imaginação. Mas esta idéia está cerceada por premissas deterministas. Seria preciso libertá-la destas premissas. A execução desta tarefa requer a radicalização da idéia da contingência das estruturas sociais, demonstrando sua construção política.

Significa, ao mesmo tempo, superar a visão proposta pelas ciências sociais positivas contemporâneas. A consecução desta atividade reconstrutora permitirá encontrar os meios para traduzir as intenções libertadoras em instituições capazes de estabelecer uma dinâmica aberta ao engrandecimento individual e coletivo⁵. O primeiro passo de Unger é uma interpretação da estrutura conceitual do pensamento marxista, onde ele afirma que o pensamento econômico, social e político de Marx se caracteriza por uma forma específica de heterogeneidade. De um lado há na teoria de Marx uma crítica radical a todas as tentativas de naturalizar a sociedade. Isto é, de apresentar as estruturas sociais e as instituições políticas como se fossem produtos de imperativos enraizados e irresistíveis. Para ele, esta crítica à naturalização da sociedade radicaliza a idéia que se encontra em filósofos como Thomas Hobbes e Giambattista Vico segundo os quais a sociedade é um artifício, um produto da luta prática e ideológica. Portanto,

⁵ Anderson (2002) e (Rorty, 1999) destacam a singularidade da posição de Unger: formular um projeto de transformação da sociedade que, além de tratar exaustivamente da programação institucional da política e da economia, advoga uma “revolução cultural” como requisito de reapropriação por parte dos homens de sua condição de artífice da sociedade. *Política* tem uma seção intitulada “O programa cultural da democracia forte” em que são tratadas as premissas, os processos e os métodos desse programa (Unger, 2001: 385-421). A fonte fundamental para a ligação da dimensão institucional com a das relações pessoais no processo de mudança da estrutura e rotina sociais, é a sua teoria da personalidade exposta no livro *Paixão*, onde está formulada uma antropologia filosófica.

contrária à idéia de que a sociedade seja o resultado de uma história natural de “imperativos não humanos”⁶.

Esta postulação de que a sociedade é construída pela política, está contida na obra de Marx, sobretudo, nas suas elaborações críticas relativas à economia política clássica. Para Marx, os economistas ingleses apresentavam como leis universais da economia o que era de fato leis de uma ordem institucional específica, a qual Marx rotulou de capitalista. As regularidades supostamente universais foram desse modo, na crítica marxista, endereçada aquela ordem institucional específica. Mas essa idéia radical da construção política da sociedade e da contingência das estruturas e instituições sociais está cercada por uma contracorrente do determinismo explicativo. E esse determinismo muito deve a tentativa de fazer ciência dentro de uma concepção científica típica do século XIX⁷.

A dimensão determinista na obra de Marx tem, por sua vez, dois componentes distintos. Um é o compromisso com as explicações funcionalistas da sociedade: aquela que explica um estado de coisas pelo resultado que produz. No sistema de Marx, o resultado da explicação reside no desenvolvimento e na maximização das forças produtivas da sociedade. A evolução dos sistemas institucionais, isto é, aquilo que Marx designa por modo de produção (como feudalismo, capitalismo e socialismo) é explicada pela relação que cada modo de produção supostamente guarda com o desenvolvimento das forças produtivas.

⁶ De fato a idéia de Hobbes do contrato social como um artifício que permite aos homens imaginar e construir um mundo social e político radicalmente alternativo ao existente é para o século XVII revolucionária. O mesmo pode ser dito da “afirmação de Vico que ‘no meio do imenso oceano da dúvida’ há um ‘único e minúsculo pedaço de terra’ sobre o qual podemos nos apoiar com firmeza: esse mundo da sociedade civil foi criado pelo homem” (Cui, 2001: 12).

⁷ Não obstante suas críticas ao materialismo histórico, Unger reconhece que três grandes temas ou questões presentes nos escritos de Marx podem desempenhar papel importante na teoria social “reconstrutiva” anti-naturalista e anti-necessitária proposta por ele. Em primeiro lugar aparece a crítica supra citada acerca da economia política clássica: “Todo o conteúdo da teoria social de Marx pode ser entendido como uma tentativa de crítica de nossas idéias comuns e teóricas sobre a sociedade, no espírito de sua crítica da economia”. O segundo tema assimilável é o da ruptura: “... a idéia de que a seqüência de modos de produção avança no sentido da quebra da divisão e hierarquização social e da revelação e desenvolvimento da qualidade unitária, criativa e de negação que tem o trabalho humano”. E, por último, a presença nas obras políticas e históricas de Marx do núcleo de uma teoria de política: “A idéia principal é a concepção de uma ligação de duas mãos entre o lugar ocupado na sociedade por uma comunidade ou classe (digamos, o campesinato francês durante o segundo império) e sua postura nítida de prostração ou resistência: o grau e a forma como o grupo ou aceita as coisas sem discussão ou trata-as como estando ao alcance de quem se disponha a lutar por elas”. Ver Unger, (2001: 60-61).

Para Unger, em toda a teoria funcionalista a dificuldade é explicar como as conseqüências agem como causa. No sistema de idéias de Marx, a luta de classes, nos momentos de crise, e o interesse específico de uma classe emergente e liderante - o proletariado - coincide com o interesse universal da humanidade na maximização das forças produtivas. Este elemento funcionalista do pensamento de Marx tem sido o objeto principal da crítica ao determinismo marxista (Unger, 2001: 57-59).

Entretanto, segundo Unger, não é possível compreender o verdadeiro significado deste funcionalismo sem relacioná-lo a um segundo componente da contra-corrente determinista da obra de Marx. E este segundo componente parece ser, na sua visão, a verdadeira fonte das dificuldades do materialismo histórico: a idéia de que existem estruturas profundas indivisíveis e dispostas numa seqüência evolutiva. Essa idéia das estruturas profundas é composta por um conjunto de três premissas.

A primeira premissa é a idéia de que em toda circunstância histórica precisa-se distinguir a superfície e os conflitos das rotinas sociais do sistema institucional profundo (estrutura, contexto) que forma estas rotinas e estes conflitos. A segunda premissa é que estas estruturas profundas formadoras das rotinas e dos conflitos são exemplos de tipos indivisíveis e recorrentes de organização social. O feudalismo ou o capitalismo são sistemas indivisíveis que se repetem na história em determinadas circunstâncias. A terceira premissa que compõe esta concepção da estrutura profunda é a de leis tendenciais de desenvolvimento que presidem a sucessão destes tipos recorríveis e indivisíveis de organização social (Unger, 2001: 52-59; 62-72).

Unger sustenta que todas as dificuldades de usar o pensamento de Marx como maneira de explicar a história e a sociedade diz respeito à relação entre o elemento funcionalista e as premissas sobre as estruturas profundas e não apenas com a estrutura funcionalista isoladamente. Nesse ponto ele destaca o significado prático do erro teórico: “essas premissas sobre as estruturas profundas que parecem meras abstrações quase metafísicas tem significado político muito concreto”. A implicação política mais importante destas idéias é estabelecer um contraste entre o reformismo e a revolução. Na medida em que uma estrutura institucional é unitária e indivisível, têm-se a seguinte opção: ou substitui-se uma estrutura por outra - feudalismo por

capitalismo ou capitalismo por socialismo - ou simplesmente administra-se a estrutura, modificando os seus pormenores. Dessa forma, exclui-se, implicitamente, por contraste, o significado da “reforma radical revolucionária” como prática central de uma política transformadora. A reforma radical revolucionária seria a substituição fragmentária, parte por parte, porém cumulativa, dos elementos destas estruturas (Unger, 2001: 76-79).

Desenvolvendo sua argumentação crítica acerca do “marxismo como uma teoria social evolutiva das estruturas profundas”, Unger sustenta que o centro desta dificuldade está nas premissas das estruturas profundas, aquelas três supra enumeradas. Para ele, o que seria necessário para construir um pensamento crítico livre de premissas deterministas infundadas, *é separar a primeira premissa das outras duas*. Quer dizer, a *idéia de que as estruturas institucionais formam os conflitos e as rotinas subjacentes à superfície da vida social deve ser mantida*, enquanto deve-se rejeitar as outras duas idéias: de um lado, a idéia de que estas estruturas formam sistemas indivisíveis e recorrentes e, de outro, a idéia de que elas são objetos ou produtos de leis históricas e de transformação que presidem sua seqüência na história.

O caso específico e paradigmático das dificuldades explicativas para o marxismo seria a tentativa de aplicar o conceito de capitalismo. Segundo Unger, o objetivo do conceito de capitalismo no pensamento de Marx é vincular um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade a um conjunto de instituições e mostrar que este conjunto de instituições é a condição necessária e suficiente para aquele desenvolvimento das forças produtivas (Unger, 2001: 62-63).

Para Unger, uma interpretação plausível do conceito de capitalismo em Marx privilegiaria a relação salarial - o capitalismo é um sistema em que o trabalho é comprado - e vincularia esta idéia de mercantilização do trabalho à orientação do sistema econômico para o lucro e a acumulação de capital. A crítica resulta do fato de que esta concepção do capitalismo é excessivamente abrangente para desempenhar a função que a idéia de capitalismo tem de desempenhar no sistema de Marx: “há um sem número de situações na história mundial em que o trabalho assumiu a característica de ser comprado e vendido, e o sistema econômico se orientava para a

acumulação e o lucro”. Segundo ele, em quase todos os grandes impérios agrário e burocrático da antiguidade, houve largos períodos em que a economia se organizava assim - por exemplo, a China durante a dinastia Sung (Unger, 2001: 65).

No entanto, a visada marxista exclui todos estes casos como formas verdadeiras de capitalismo. Em conseqüência, tem-se que delimitar mais o conceito de capitalismo, acrescentando outros elementos à definição. Por exemplo, dir-se-á que é uma parte integrante da evolução do capitalismo a destruição das comunas camponesas e a formação das grandes propriedades agrárias gerando um excedente agrário que pode depois financiar a industrialização. Mas, neste caso, surge o problema histórico: descobre-se que houve muitas situações em que esta destruição das comunas camponesas ocorreu sem o resultado que se quer chamar de capitalista. A Rússia, o leste europeu e vários países dentro da própria Europa ocidental são exemplos da formação de uma agricultura diferente daquela agricultura inglesa que Marx descreve em *O Capital* - de grandes propriedades e de camponeses expulsos do campo -, uma agricultura fundada na pequena propriedade como nos Países Baixos⁸.

O argumento de Unger é que a experiência histórica comparada demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas, em um determinado estágio, pode ser sustentado por uma lista aberta de alternativas institucionais, ou seja, que não há um caminho único institucional, mas vários. Portanto, o estudo da história mostra que o resultado de desenvolvimento das forças produtivas - a mecanização da indústria, a agregação de trabalhadores em grandes fábricas - pode ser alcançado por um grande conjunto de alternativas institucionais diferentes daqueles que Marx está chamando de capitalismo.

⁸ Para confrontar a argumentação teórica e histórica completa de Unger sobre a questão que sustenta sua crítica à visão marxista ver o seu *Plasticity into Power: Comparative-historical Studies on the Institutional Conditions of Economics and Military Success* (Unger, 1987). O argumento é o de que há sempre a possibilidade de se observar “conjuntos alternativos de estruturas capazes de satisfazer, com sucesso, os mesmos testes práticos”. Entretanto, em seu vigoroso ensaio sobre o pensamento de Unger, Anderson, mesmo reconhecendo que sua perspectiva alternativa constrói “um conceito engenhoso e elegante”, polemiza com o argumento desenvolvido por Unger acerca da questão, considerando que ele “sofre de um erro empírico fundamental”, embora não afirme que as críticas de Unger a Marx nesse ponto contenham impropriedades. Ver Anderson (2002: 181).

O problema é, portanto, duplo. De um lado, o conceito de capitalismo: a descrição daquelas instituições que Marx chama de capitalistas, exclusivamente abrangente porque há muitas situações históricas em que aquelas instituições tiveram presentes, mas não se deu o resultado apresentado na teoria. E de outro lado, o problema inverso: o resultado funcional como a mecanização da indústria pode ser sustentado por instituições muito diferentes daquelas que Marx chamou de capitalista. Assim, a idéia de que há um sistema indivisível de instituições, entendido como condição necessária e suficiente do resultado funcional, é uma idéia que a experiência histórica não confirma.

Resuma-se: a concepção da estrutura formadora no pensamento de Marx “parece estar calcada num nível errado de abstração”. Para explicar o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, a sua concepção precisaria ser ao mesmo tempo muito mais concreta e muito mais pluralista. Precisaria imaginar que estas estruturas são capazes de serem divididas e recombinadas segundo uma quantidade “infinita” de formas. Uma vez que se concebe as estruturas desta forma, não se pode mais imaginá-las como produto destas leis de desenvolvimento. O significado prático desta dificuldade no pensamento de Marx é a sonegação do espaço para a imaginação programática.

As estruturas são assim objetos de leis de desenvolvimento, compondo sistemas indivisíveis. E, se há um roteiro profundo na história que comanda as seqüências das estruturas, não há trabalho para a imaginação programática, ou melhor, para a imaginação das instituições alternativas. Nesse caso é a história que faz este trabalho. Se as estruturas são como descritas no sistema de Marx, estabelece-se um vínculo entre a capacidade de explicar a história e a perda com a negação da liberdade dos homens como agentes. Cria-se, então, o seguinte paradoxo: quanto mais a sociedade se democratiza, mais ininteligível ela se torna, já que a democracia tem que significar, entre outras coisas, o triunfo da vontade sobre as estruturas, a capacidade de escolher as instituições e não vê-las impostas por um roteiro que não controlamos e mal compreendemos.

A crítica às tentativas internas e externas ao marxismo de diluir o “determinismo”

Além da defesa do “anti-determinismo e anti-necessitarismo”, outro aspecto da agenda crítica de Unger concentra-se no debate sobre a tentativa de controlar as dificuldades explicativas no pensamento de Marx - principalmente a dificuldade que reside nas premissas relativas às estruturas. Segundo ele, esse esforço levou o pensamento pós-Marx à transformação interna do pensamento marxista em duas versões divergentes.

Uma é a tentativa de “suavizar” o marxismo como teoria explicativa: torná-lo mais político e mais pluralista, sobretudo pela “idéia de trajetórias múltiplas de transformação”. Nesse caso, em vez de haver um só caminho entre o feudalismo e o capitalismo ou capitalismo e o socialismo, haveria vários. Em decorrência torna-se necessário dar mais relevo as formas de consciência e organização social e de política que explicariam a diversidade destas trajetórias. Apesar de manter, contudo, a narrativa geral da seqüência dos modos de produção. Para Unger, o problema é que esta pluralização das trajetórias nunca parece ser suficiente para explicar o que acontece⁹. À medida que se explica adequadamente porque ocorreu uma trajetória em vez de outra - porque, por exemplo, na França e nos Países Baixos se consolidou uma agricultura em escala familiar, em vez da agricultura concentrada da Inglaterra - a narrativa geral funcionalista das seqüências dos modos de produção se torna hipótese supérflua. Parece que a tentativa de alcançar o realismo explicativo leva a uma desintegração progressiva do sistema teórico¹⁰. Nas palavras de um autorizado intérprete do marxismo:

Podemos identificar, de início, alguns aspectos gerais. Como vimos, o marxismo ocidental, a partir da década de 1920, foi progressivamente desencorajado a fazer a

⁹ Para Unger “são os debates historiográficos que solapam a confiança na força ou na necessidade de ligações entre os traços que definem cada modo de produção ou nas forças que levam de um modo ao seguinte. Eles fazem o caos com a história que a teoria deveria contar” (Unger, 2001: 76).

¹⁰ Essa vertente do “neomarxismo” pode ser identificada, por exemplo, com a posição de Gramsci e seus seguidores. Para uma análise dessa questão levantada por Unger, a partir de um ponto de vista marxista, ver Miliband (1979).

análise teórica das questões econômicas ou políticas mais importantes. Gramsci foi o último dos seus pensadores a tratar diretamente dos temas centrais da luta de classes em seus textos. *No entanto, também ele nada escreveu sobre a economia capitalista em si, no sentido clássico da análise das leis de funcionamento do modo de produção como tal.* Depois dele, sobreveio um silêncio equivalente acerca da ordem política da dominação burguesa assim como dos meios de derrubá-la. Resulta daí que o marxismo ocidental como um todo, ao avançar para além das questões de método para tratar das questões substantivas, acabou por concentrar-se especialmente no estudo de superestruturas (Anderson, 2004: 95. Grifo meu).

A outra versão do esforço de tentar controlar as dificuldades explicativas das teses clássicas do materialismo histórico decorre do abandono da tentativa de explicar as instituições concretas, acompanhada pela reorientação do foco analítico: o esforço de desenvolver uma crítica da cultura burguesa ou da “consciência fetichista”. O marxismo ocidental desesperado com a sua dificuldade de imaginar as estruturas reais da sociedade ou de subsidiar a imaginação transformadora escapou para o mundo da cultura e da consciência. Elaborou uma crítica da consciência quando a crítica das instituições passou a parecer impotente. O problema está na suposta delimitação daquela cultura por aquela estrutura institucional chamada ainda de capitalismo¹¹. Novamente nas palavras de Anderson:

As ordens superestruturais específicas pelas quais ele [marxismo ocidental] mostrou interesse maior e mais constante foram aquelas que ocupavam as posições ‘mais altas’ na hierarquia das distâncias em relação à infra-estrutura econômica, para citar uma expressão de Engels. Em outras palavras não estavam no Estado ou na lei a origem dos objetos mais típicos de suas

¹¹ Esse esforço de desbotamento do pensamento de Marx levou progressivamente a uma operação de inversão da prioridade intelectual: ao invés da filosofia se dirigir para a economia e a política, os filósofos e teóricos passam a refugiar-se em questões epistemológicas com as quais o próprio Marx teria, de início, algum estranhamento e certa dificuldade para compreender. Uma das expressões dessa vertente do marxismo foi a Escola de Frankfurt.

investigações. Foi a cultura que recebeu a maior parte de suas atenções (Anderson, 2004: 95-96).

O que estas duas vertentes da transformação do pensamento sobre as estruturas demonstram é a imensa dificuldade de representar as estruturas formadoras, assim como sua transformação, de um modo plausível. A impressão que se tem é a de que a idéia de estrutura vira mais um pretexto do que verdadeiramente um produto de uma prática explicativa. Na verdade, Unger aponta que esta experiência acaba por assinalar a destruição de uma idéia plausível da transformação estrutural.

Na visão de Unger a situação contemporânea dos estudos sociais e históricos é o produto de uma convivência pacífica entre as formas diluídas ou “desintegradas” destas grandes teorias deterministas, como o marxismo, de um lado, e a imagem da sociedade produzida nas ciências sociais positivas - que tem sede e centro de irradiação na academia norte-americana -, de outro. A forma diluída do marxismo, historicizado, politizado ou epistemologizado - o das “trajetórias múltiplas” ou o da preocupação com o método e a cultura - tenta diminuir as confusões e os constrangimentos produzidos pelo seu severo determinismo. Sem, contudo, segundo ele, *gerar uma idéia alternativa das estruturas e das suas formas de reconstrução*. O resultado tem sido a produção de uma espécie de incapacidade de imaginar esta transformação¹².

A outra grande vertente dos estudos sociais contemporâneos, as “ciências sociais positivas”, produz uma representação “unidimensional” da sociedade. Uma representação que nega o contraste entre estruturas sociais

¹² Na verdade, o resultado desse movimento intelectual é, para Unger, o seguinte: “a idéia de revolução se tornou hoje um pretexto para seu oposto. Já que a mudança real seria uma mudança revolucionária, e a mudança revolucionária não está disponível, e seria muito perigosa se fosse possível, somos levados a humanizar o inevitável. Tal é o projeto de um reformismo pessimista conformado em suavizar, especialmente por meio da redistribuição compensatória por recursos fiscais, algo sem esperanças de mudança... Assim o ex-marxista desiludido se tornou o social-democrata institucionalmente conservador. Ele jogou fora a parte boa do marxismo, as aspirações transformadoras, e manteve sua parte ruim, o determinismo estrutural, mudando seu significado político. A falta de idéias logo criou espaço para a falta de caráter. Ele se prostituiu ao destino, e traiu seu país por sua forma de aceitá-lo” (Unger, 1999: 23-24).

profundas e a superfície - os conflitos e as rotinas que estas estruturas ajudam a formar. Para as “ciências sociais positivas” a vida social é um problema após o outro - uma sucessão de conflitos - e as estruturas são explicadas como resíduo desta atividade de resolução dos problemas ou acomodação dos conflitos. Com isso conseguem a proeza de tratar de sociedades de classe sem referir-se às classes.

No pensamento econômico dominante, por exemplo, a tendência é explicar as instituições econômicas - o mercado - por uma espécie de extensão da atividade racionalizadora dos agentes econômicos: os indivíduos precisam trocar e as instituições de mercado foram se desenvolvendo pouco a pouco como o sistema natural e necessário de coordenação pura dessa necessidade. Mas o problema é que surge novamente a seguinte questão: a idéia abstrata de uma economia de mercado, baseada na troca e na coordenação, pode ser traduzida em um sem número de instituições diferentes.

Na ótica de Unger, não há uma única forma institucional que, de maneira natural e necessária, represente o conteúdo de uma economia de mercado, e por isso a extensão da racionalidade econômica à atividade maximizadora dos agentes econômicos não pode explicar os pressupostos institucionais da própria economia. Da mesma forma em relação à idéia abstrata de uma democracia que pode ser traduzida em instituições políticas diferentes. A idéia abstrata de uma sociedade civil livre também pode ser traduzida em instituições sociais diferentes. Portanto, *o fundamental é que estas diferenças institucionais têm conseqüências decisivas para a forma da vida social*. Podem, por exemplo, ser mais ou menos flexíveis para lidar com os conflitos. Elas são, portanto, de alguma maneira, o destino de uma sociedade. Mas as ciências sociais positivas como a disciplina economia hoje são incapazes de explicar este destino¹³.

¹³ Para uma versão clássica dessa perspectiva na análise política ver Easton (1968). Em relação ao *approach* geral das ciências sociais positivas Unger observa o seguinte: “A ciência social positivista se aloca em disciplinas específicas. Em cada uma destas disciplinas, alguns grupos conservam partes de seus cânones. Uma forma de se estudar este estilo de análise social é o de analisar estes gêneros estreitos e suas idéias compartilhadas: especialmente seus pressupostos sobre a relação de distinção ente estrutura-rotina e os estratagemas através dos quais eles representam a realidade social como se esta distinção fosse sem importância ou incontroversa. A ciência política, por exemplo, estuda o comportamento eleitoral. Em sociologia industrial,

Para Unger uma situação que ilustra bem a problemática da especificidade das *instituições* nestas ciências sociais positivas, é a conduta do pensamento econômico diante do problema dos pressupostos institucionais. Segundo ele podem-se distinguir três tipos de pensamento econômico pelo critério da sua relação com os pressupostos institucionais. Primeiro: tem o pensamento econômico rigoroso, puramente formal, que manifesta desejo explícito de ser inteiramente agnóstico sobre as instituições. Para esta forma de economia a idéia da maximização ou da racionalidade econômica pode ser aplicada a qualquer conjunto de instituições. Então, simplesmente retira do pensamento econômico o problema do contexto institucional e transforma o pensamento econômico num mero aparato formal (Unger, 2004: 125-127).

Uma segunda forma de tratamento das instituições no pensamento econômico idealiza e justifica um determinado conjunto de instituições, afirmando que aquelas instituições são as verdadeiras formas de economia de mercado. Também não consegue justificar esta idealização com simples instrumentos intelectuais do pensamento econômico: entram numa espécie de cruzada ideológica e interpretam a história mundial de modo a apoiar esta interpretação enviesada¹⁴. E uma terceira forma de análise do pensamento econômico que aborda a questão das instituições reconhece, em teoria, a importância das instituições econômicas, mas, na prática analítica, descarta esta importância. Dessa maneira, muitos dos neokeynesianos, por exemplo,

psicologia social e ciências administrativas há um gênero de trabalho que estuda as fontes e a dinâmica do desacordo entre membros de uma organização para assegurar atitudes mais cooperativas e uma coordenação mais eficaz. Os sociólogos estão acostumados a estudar redes sociais e pequenos grupos, um estudo cujos praticantes se perguntam coisas como: por que alguns casais, numa sociedade particular permanecem juntos ou se divorciam? Notem que cada uma destas formas estandardizadas de ciência social podem ser formalizadas ou conduzidas de forma não quantitativa em termos discursivos. A formalização quantitativa não é a essência do modo. No entanto, o ideal de verificação quantitativa é, por vezes, utilizado enquanto base com a qual urge uma versão particularmente estreita de análise positivista” (Unger, 2004: 235).

¹⁴ Este segundo tipo de análise no campo da economia que mobiliza a análise econômica de forma abertamente ideológica, associa a idéia abstrata de um mercado - da eficiência alocativa de um conjunto específico historicamente contingente de instituições e de práticas que emergiram e triunfaram nos países centrais da Europa e dos EUA - à própria idéia do mercado ou da eficiência. Para uma brilhante exposição que desmistifica as principais teses das mais prestigiosas teorias econômicas existentes, abordando temas como o papel do comércio internacional e da relação entre as colônias e as metrópoles para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos países, ver, Bairoch (2001).

são dependentes de um conjunto de premissas institucionais muito específicas¹⁵ (Unger, 2004: 134-135).

Portanto, para produzir uma forma de pensamento econômico que tome a relação entre as instituições econômicas e os agregados econômicos como seu ponto central, seria preciso resgatar dentro da tradição das grandes teorias deterministas, como o marxismo, a idéia da importância das estruturas e, principalmente, das estruturas institucionais. Para ser realizado isto requer a desvinculação desta idéia - a importância das estruturas - das outras duas, qual seja, da premissa de que os sistemas institucionais são unitários e indivisíveis e da premissa de que são produtos de leis de desenvolvimento. Numa palavra: *abandonar o conceito de capitalismo*.

Para Unger, ao negar a bagagem determinista das grandes teorias sociais, como o marxismo e, ao mesmo tempo, rejeitar as ciências sociais positivas com sua negação da primazia do problema das estruturas e das descontinuidades dessas estruturas, o interesse intelectual na desmistificação da história fica vinculado ao interesse prático e político em imaginar o conteúdo alternativo das instituições. Isso tem implicações decisivas para a ciência social de países como o Brasil.

A Estrutura de Classes do Brasil contemporâneo e a Política Transformadora

Para Unger a estrutura social do Brasil de hoje é composta por cinco categorias que podem ser entendidas como classes no sentido convencional da teoria de classes porque cada uma delas se define simultaneamente por uma posição distinta na divisão do trabalho e por uma orientação espiritual à sociedade e ao mundo. São elas a classe média tradicional, a classe média

¹⁵ Essa terceira forma metodológica racionalizadora em economia consegue se distinguir da ideologização do segundo tipo de análise econômica reconhecendo que as relações causais entre grandes agregados econômicos como, por exemplo, os níveis de poupança, de investimento e de emprego dependem de todo um conjunto detalhado de pressupostos institucionais e que alterados quaisquer destes pressupostos, mudam também as relações causais. Mas para Unger, na realidade, porém, esta terceira prática, percebe as instituições como naturais, já que emergem de sociedades relativamente estagnadas em que as instituições políticas e econômicas deixaram de ser contestadas. Por isso esta prática, que informa e orienta os debates concretos da economia política começa a identificar princípios econômicos abstratos com arranjos institucionais contingente: é esta aliança espúria que permite a teoria econômica exercer o seu poder e a sua influência no mundo.

emergente formada por uma pequena burguesia empreendedora, o assalariado do setor intensivo em capital, os Batalhadores e a Ralé composta pela massa pobre (Unger, 2010).

A primeira categoria é a classe média tradicional que no Brasil sempre foi o agente político decisivo em nossa história. Para Unger, muito do que de mais importante ocorreu na nossa história nacional aconteceu nos momentos em que essa classe média tradicional se desgarrou da plutocracia de orientação colonial e passou a defender em nome da maioria uma idéia inovadora de futuro nacional. São exemplos disso a abolição da escravatura, a aliança liberal e o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50.

A segunda categoria é a classe média emergente, diferente da primeira, formada por uma pequena burguesia emergente e empreendedora. Em primeiro lugar ela se distingue da classe média tradicional por suas ocupações econômica características, por sua posição na divisão do trabalho. A base econômica da classe média tradicional é o serviço do estado, o emprego público e as profissões, liberais ou não. A base econômica dessa segunda classe média é o empreendedorismo dentro e fora da economia formal, em grande medida o pequeno negócio.

Entre estas duas classes médias, a tradicional e a emergente, há outro conjunto de contraste que vai além da distinção de suas bases econômicas. Elas são diferentes também racialmente, a classe média tradicional se concebe como branca ainda que implicitamente seja mestiça. E a classe média emergente é ostensivamente mestiça e morena na maior parte das regiões do país. Mas talvez o traço distintivo mais notável entre estas duas classes médias seja as suas orientações espirituais também contrastantes: a preocupação definidora da classe média tradicional é “a tentativa incessantemente frustrada de reproduzir no Brasil as formas de vida que caracterizam os países vistos como referência”. A mensagem dessa classe média sempre foi a cópia institucional, que nunca funcionou, mas que apesar do malogro os seus ideólogos e doutrinadores continuam a insistir¹⁶. E a

¹⁶ Nesse sentido é possível imaginar a concordância de Unger com as críticas à centralidade que o tema da herança ibérica e suas conseqüências como o personalismo ocupa em nosso atual debate. Para o filósofo brasileiro, o desafio político central do Brasil contemporâneo não é o “jeitinho brasileiro” ou a nossa suposta corrupção endêmica - que pressupõe uma sociedade com fortes vínculos pré-modernos baseada em relações pessoais, cuja contrapartida institucional é o

orientação espiritual da classe média emergente é a do auto-salvamento e da auto-ajuda: a descrença em todas as estruturas e a crença de que serão salvas por si mesmas. Não é apenas uma teologia da prosperidade, mas é uma teologia da secessão: sair do mundo maior para o micro mundo. Se o mundo maior é caracterizado pelo conúbio da troca, da prepotência e do sentimento, cuja fórmula básica é “a sentimentalização das trocas desiguais”, o micro mundo será caracterizado pela disciplina, pelo autocontrole, pela prospecção, pela confiabilidade, o cumprimento das promessas e o preparo do futuro.

A terceira categoria é a massa pobre do Brasil, o que Jessé Souza chamou de a Ralé Brasileira. Um dos traços característicos dessa classe é a completa desestruturação familiar: a figura característica dessa ralé não é o homem, mas uma mulher. A maior parte das famílias nas periferias pobres de nossas cidades é conduzida por uma mãe solteira enquanto os homens se revezam como companheiros instáveis. A mulher se divide entre os biscates, os trabalhos ocasionais e a luta para salvar os filhos. A maior parte dos indivíduos desta classe é desprovida dos requisitos necessários, por exemplo, ao trabalho regular.

Em seu livro Souza (2009) mostra que as classes sociais se constroem através de heranças familiares emocionais e afetivas - que passam de pais para filhos por meio de sinais na sua maior parte invisíveis já que transmitidos no universo “privado” familiar - onde se criam classes de “vencedores” (a classe alta que detém prioritariamente capital econômico e a classe média que detém prioritariamente capital cultural) de um lado, e classes de “perdedores”, como a ralé. Afinal, é a existência de pressupostos como disciplina, autocontrole e capacidade de concentração - valores incorporados diferencialmente que o senso comum imagina serem universais - que decidirá sobre o sucesso tanto na escola quanto no mercado de trabalho mais tarde.

patrimonialismo - mas a construção de ordem institucional capaz de enfrentar problemas como a nossa abissal desigualdade social, naturalizada pelas explicações baseadas na idéia de um passivo histórico negativo ou nas conseqüências impeditivas de desenvolvimento para países periféricos próprias ao capitalismo. Para Unger, as condições para o enfrentamento de nossos principais problemas estruturais não só estão às mãos, como podem ter rápido efeito (Unger, 2001b).

E entre a classe média tradicional de um lado e a segunda classe média formada pela pequena burguesia empreendedora de outro e a Ralé, há dois grupos intermediários. O primeiro, o conhecido, é o assalariado da economia formal que inclui o operariado nos setores intensivos em capital e o segundo é o novo e ainda “desconhecido”: os Batalhadores. Estes são oriundos do mesmo meio pobre da Ralé cheia de inibições culturais e econômicas e baseada em famílias desestruturadas, mas um grupo social composto por indivíduos que pela combinação de força individual, acidentes biográficos e transcendências de temperamento começaram a ser resgatar¹⁷. Tem mais de um emprego precário. E assimila a cultura de auto-ajuda e de iniciativa da segunda classe média, como se fossem uma ponta avançada dela no interior da massa pobre. Combinando de alguma forma as características subjetivas dessa segunda classe média com a situação objetiva da ralé.

A hipótese básica deste tópico do texto se baseia num dado empírico sobre a dimensão econômica desta estrutura de classes no Brasil contemporâneo e sobre o perfil dos beneficiários dos programas de transferência como o Bolsa Família. Quando se observa os dados recentes a respeito da evolução da renda e de seus componentes, verifica-se o seguinte: embaixo, entre aqueles descritos por Jessé Souza (2009) como a ralé, houve um crescimento da renda, sem que tenha havido um crescimento da renda do trabalho. Entende-se que a maior parte desse crescimento se deve aos programas de transferência. Mais adiante, ainda no gráfico de evolução da renda, houve um crescimento da renda menor, mas uma

¹⁷ Aqui cabe um comentário sobre esta premissa que é resultado de uma reação de Unger há uma postura metodológica que marca, desde o século XVIII, a partir de Montesquieu, as ciências sociais. Estas têm enorme dificuldade em tratar a questão das diferenças individuais. Esse preconceito das ciências sociais em relação às variações individuais está ligado à divisão que ela opera da humanidade apenas em classes, raças e culturas. Mas a humanidade está dividida também em temperamentos. Por exemplo: as pessoas surgem do mesmo meio social, às vezes são gêmeos idênticos com a mesma constituição genética e formação educacional e reagem de forma radicalmente diferente às circunstâncias da vida e do mundo. Esse é um mistério da condição humana. E este mistério bastante simples de observar que qualquer pessoa viva conhece pela sua experiência cotidiana que as ciências sociais encontram grande dificuldade em explicar. Recentemente surgiu um esforço quase isolado de abordar e preencher essa chocante lacuna das ciências sociais. Ver os estudos de Bernard Lahire (2004).

proporção muito maior desse crescimento devido à renda do trabalho. E a partir daí a curva continua a descender (Pes de Barros, 2012).

Essa constatação empírica inspirou a seguinte conjectura causal: entre o núcleo duro da pobreza, de um lado, e as duas classes médias, de outro, haveria um grupo intermediário, que Unger (2010) chama de batalhadores. Como vimos acima esse grupo social seria composto basicamente por pessoas saídas do mesmo meio da ralé, mas que por razões sociológicas como a socialização no seio de uma família estruturada e psicológicas como a que permite a incorporação de uma ética do trabalho duro, conseguiu desenvolver “disposições comportamentais” que os levaram a responder às difícilimas circunstâncias coletivas e se tornar “útil no mercado competitivo capitalista” (Souza, 2010). De acordo com nossa hipótese esse tipo social existe aos milhões no Brasil.

Assim, a idéia a respeito da estrutura de classes inspirou, por sua vez, uma sugestão programática: o desdobramento capacitador dos programas de transferência teria de ter em vista essa diferença entre a ralé e esse grupo chamado de batalhadores. O núcleo duro da pobreza é composto por pessoas que estão cercadas por um conjunto de inibições familiares e culturais que dificulta a eficácia dos programas de capacitação. A experiência mundial de programas de capacitação dirigidos a essa classe de miseráveis é desalentadora conforme estudos como o de Galasso (2006). O malogro se explicaria por causa desse conjunto de inibições sociais, culturais e psicológicas.

Para a ralé não funcionaria, portanto, uma iniciativa direta de intervenção capacitadora. A primeira ação a realizar é assegurar que o Estado consiga assumir algumas das funções das famílias desestruturadas e adensar o sistema de assistência social. Isso não objetiva substituir a família, mas complementá-la. Já os batalhadores seriam os alvos naturais dos programas de capacitação, na medida em que já demonstraram que são capacitáveis, por uma razão simples: iniciaram o seu próprio resgate. De acordo com essa perspectiva o equívoco comum que se comete na chamada política social é dirigir os programas de capacitação aos mais pobres. Embora seja compreensível pensar que a capacitação deva começar pelos mais carentes (Vanderbought e Parijs, 2006), *a lógica da política*

transformadora não deve ser a mesma da caridade. Então, paradoxalmente, os programas de capacitação deveriam começar não pelos mais carentes, mas pelos relativamente menos carentes, que funcionariam como uma espécie de “vanguarda” do contingente mais pobre de pessoas que viria em seguida.

Uma orientação estratégica na direção dessa idéia choca-se com o *leitmotiv* da política brasileira contemporânea. O pacto dominante no Brasil hoje se expressa na idéia de redistributivismo como meio de humanizar a estrutura de classe existente. A idéia alternativa de compreensão da política social esboçada neste texto pressupõe inovações institucionais, como uma política social transformadora, que enfrente sem rodeios o problema da desigualdade social de nossa sociedade, questionando preconceitos teóricos e ideológicos arraigados. A um só tempo ajudaria a avançar na superação dos limites da teoria social contemporânea em sua dificuldade crônica de compreender o fenômeno da transformação estrutural assim como teria implicações decisivas para esclarecer intelectuais, políticos e burocratas acerca do sentido transformador e não apenas compensador que políticas públicas podem possuir.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry (2004). **Considerações sobre o Marxismo Ocidental; Nas Trilhas do Materialismo Histórico.** São Paulo, Boitempo Editorial.

ANDERSON, Perry (2002). Roberto Mangabeira Unger e a Política do Engrandecimento, **Afinidades Seletivas.** São Paulo, Boitempo Editorial.

BAIROCH, Paul (2001). **Mitos e Paradoxos da História Econômica.** Lisboa, Terramar.

CASTORIADIS, Cornelius (1985). **A Instituição Imaginária da Sociedade.** São Paulo, Paz e Terra.

CUI, Zhiyuan (2001). Prefácio, in: **Política: os Textos Centrais.** São Paulo, Boitempo Editorial.

EASTON, David (1968). **Uma Teoria da Análise Política.** Rio de Janeiro, Zahar.

GALASSO, Emanuela (2006). “With their Effort and one opportunity”: Alleviating Extreme Poverty in Chile. **Developmente Research Group – World Bank.**

LAHIRE, Bernard (2004). **Retratos Sociológicos: Disposições e Variações Individuais**. Porto Alegre, Artmed.

MARX, Karl (2008). **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (Livro I, Vol. 1).

MILIBAND, Ralph (1979). **Marxismo e Política**. Rio de Janeiro, Zahar.

PAES DE BARROS, Ricardo *et alli* (2011) **A Dinâmica da Desigualdade no Brasil e seus Principais Determinantes**. Brasília: Ipea. Mimeo.

PRZEWORSKI, Adam (1989). **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo. Companhia das Letras.

RORTY, Richard (1999). Unger, Castoriadis e o Romance de um Futuro Nacional, **Escritos Filosóficos: Ensaio sobre Heidegger e outros**. Rio de Janeiro, Relume Dumará. Vol. 2.

SABEL, Charles and ZEITLIN, Jonathan (1985). Historical Alternatives to Mass Production, **Past and Present**, 108.

SOUZA, Jessé (2009). **A Ralé Brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.

SOUZA, Jessé (2010). **Os Batalhadores Brasileiros**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.

UNGER, Roberto Mangabeira (1987). **Plasticity Into Power: Comparative-Historical Studies on the Institutional Conditions of Economic and Military Success**. Cambridge, Cambridge University Press.

UNGER, Roberto Mangabeira (1999). **Democracia Realizada. A Alternativa Progressista**. São Paulo, Boitempo Editorial.

UNGER, Roberto Mangabeira (2001). **Política: Os Textos Centrais**. São Paulo, Boitempo Editorial.

UNGER, Roberto Mangabeira (2001b). **A Segunda Via: Presente e Futuro do Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial.

UNGER, Roberto Mangabeira (2004). **Social Theory: Its Task and its Situation**. New York, Verso.

UNGER, Roberto Mangabeira (2004b). **False Necessity: Anti-Necessitarian Social Theory in the Service of Radical Democracy**. New York, Verso.

UNGER, Roberto Mangabeira (2004c). **O Direito e o Futuro da Democracia**, São Paulo, Boitempo Editorial.

UNGER, Roberto Mangabeira (2008). **O Que a Esquerda Deve Propor**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VANDERBOUGHT, Yannick e PARIJS, Philippe (2006). **Renda de Cidadania: Argumentos Éticos e Econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.